



Centro Universitário do Estado do Pará

O Reitor do Centro Universitário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições

e tendo em vista a conclusão do **Curso de Direito**

em **26/01/2007**, confere o título de **Bacharel em Direito** a

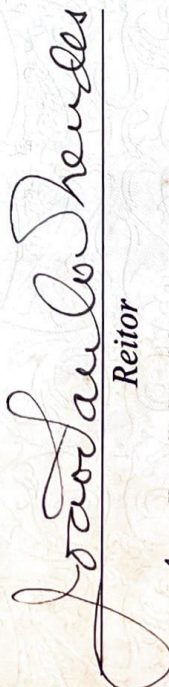
AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA BORGES

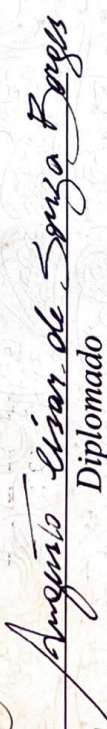
nascido(a) em **20/04/81**, natural de **BELEM/PA**, portador(a) da Carteira de Identidade

nº **3399655/SSP/PA** e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar

de todos os direitos e prerrogativas legais.

Belém, 01 de fevereiro de 2007.


Reitor


Diplomado


Coordenador da Área


Coordenador do Curso

0220606221



Ministério da Educação
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ACADÊMICA

Diploma registrado sob o nº 252 m,
livro 6DIR1/01, folha 252 m.

Em 01 02 2007

[Assinatura]
Secretaria Acadêmica

Registro feito por delegação de
competência do Ministério da Educação
conforme Parecer CNE/CES nº 250/2002
(§ 1º, art 11 do Decreto 3.860, de 9 de julho de 2001).

CURSO DE DIREITO
Reconhecido pela Portaria Ministerial Nº4.020,
de 23 de dezembro de 2003.

Registro feito nos termos do § 4º do Art. 2º do Decreto
Nº 5.786, de 24 de maio de 2006, publicado no D.O.U.
em 25 de maio de 2006.



CERTIFICADO

ESPECIALISTA RECONHECIDO

EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Certificamos que

Augusto César de Souza Borges

portador do CPF nº 70433143215, concluiu o Curso Especialista Reconhecido em Licitações e Contratos Administrativos, com carga horária total 102 (cento e duas) horas, em 26/04/2023.

Professor Matheus Carvalho

PROMOTORA: Vianna de Carvalho
Cursos e Aulas LTDA – ME
CNPJ: 13.292.261/0001-74





PROJETO ESPECIALISTA RECONHECIDO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LICITAÇÕES PÚBLICAS - CONFORME NOVA LEI DE LICITAÇÕES - LEI 14.133/21.

- Conceito.
- Competência para legislar.
- Finalidades do procedimento licitatório.
- Princípios norteadores da licitação.
- Tipos de Licitação.
- Desempate na licitação.
- Quem deve licitar.
- Intervalo mínimo.
- Agentes da licitação.
- Modalidades Licitatórias.
- Concorrência.
- Concurso.
- Leilão.
- Pregão.
- Diálogo competitivo.
- Licitação para registro de preços.
- Procedimentos licitatórios.
- Procedimento Comum (Concorrência e Pregão).
- Procedimento do Diálogo Competitivo.
- Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- Dispensa e Inexigibilidade da licitação.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – CONFORME A LEI 14.133/21.

- Introdução.
- Conceito.
- Competência legislativa.
- Características dos contratos administrativos (Formalismo).
- Garantia.
- Cláusula de Retomada.
- Cláusulas exorbitantes.
- Alteração unilateral do contrato.
- Rescisão unilateral do contrato.
- Fiscalização da execução do contrato.
- Ocupação temporária de bens.
- Aplicação de penalidades.
- Alteração contratual por vontade das partes.
- Equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- Pagamentos feitos ao particular.
- Teoria da imprevisão.
- Alocação de riscos.
- Subcontratação nos contratos da administração.
- Duração.
- Exceções à vigência máxima de um ano.
- Responsabilidades decorrentes do contrato.
- Recebimento do objeto contratual.
- Formas de extinção do contrato administrativo.
- Solução alternativa de controvérsias.
- Planos de contratação anual.
- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- Contratos administrativos em espécie.
- Convênios.
- Consórcios Públicos.
- Regime Diferenciado de Contratações.

AULAS SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS – CONFORME A LEI 8.666/93.

- Conceito.
- Competência para legislar.
- Finalidades do procedimento licitatório.
- Princípios norteadores da licitação.
- Tipos de Licitação.
- Desempate na licitação.
- Quem deve licitar.
- Intervalo mínimo.
- Comissão.
- Modalidades Licitatórias.
- Concorrência.
- Tomada de preços.
- Convite.
- Concurso.
- Leilão.
- Pregão (Pregão eletrônico).
- Licitação para registro de preços.
- Procedimentos licitatórios.
- Procedimento da Concorrência.
- Procedimento da tomada de preços.
- Procedimento do Convite.
- Procedimento do concurso e do leilão.
- Procedimento do pregão.
- Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- Dispensa e Inexigibilidade da licitação.

AULAS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – CONFORME A LEI 8.666/93.

- Introdução.
- Conceito.
- Competência legislativa.
- Características dos contratos administrativos (Formalismo).
- Garantia.
- Cláusulas exorbitantes.
- Alteração unilateral do contrato.
- Rescisão unilateral do contrato.
- Fiscalização da execução do contrato.
- Ocupação temporária de bens.
- Aplicação de penalidades.
- Alteração contratual por vontade das partes.
- Equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- Pagamentos feitos ao particular.
- Teoria da imprevisão.
- Subcontratação nos contratos da administração.
- Duração.
- Exceções à vigência máxima de um ano.
- Responsabilidades decorrentes do contrato.
- Recebimento do objeto contratual.
- Formas de extinção do contrato administrativo.
- Contratos administrativos em espécie.
- Convênios.
- Consórcios Públicos.
- Regime Diferenciado de Contratações.

AULAS SOBRE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – CONFORME A LEI 8.429/92.

- Considerações iniciais.
- Conceito.
- Natureza jurídica das sanções de improbidade.
- Agentes da improbidade administrativa.
- Espécies de ato de improbidade e sanções aplicáveis.
- Nova espécie de improbidade administrativa.
- Procedimento da Ação Civil Pública por ato de improbidade.
- Medidas cautelares.
- Pedidos na ação de improbidade.
- Competência para julgamento da ação de improbidade.
- Prescrição.

CASOS CONCRETOS - ASPECTOS PRÁTICOS

12 AULAS INTERATIVAS

PREGÃO - LEI 10.520

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - LEI 12.462

MATERIAL COMPLEMENTAR

MODELOS

COMUNIDADE DE APOIO

OFICINAS DE NORMATIZAÇÃO

Curso Especialista Reconhecido

102 horas

Professor Matheus Carvalho



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARÁ

Certificado de Exame de Ordem

CERTIFICAMOS, no uso de nossas atribuições legais e para fins do disposto no art. 8º, Inciso IV da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994, que o bacharel

AUGUSTO CESAR DE SOUZA BORGES

filho de Normando do Carmo Borges e Raimunda de Souza Borges, nascido em 20/04/1981, graduado pelo Centro Universitário do Pará – CESUPA, obteve aprovação no **EXAME DE ORDEM** de Agosto de 2007.

Belém, 22 de outubro de 2007.


Angela Serra Sales
Presidente da OAB-PA


Edilson Baptista de Oliveira Dantas
Presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem



Simpósio
para o
FOR
TALECI
MEN
TO da Gestão
Municipal
no **PARÁ**
2025 IIII 2028

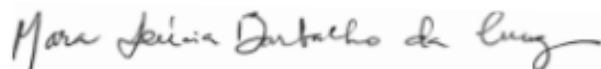
CERTIFICADO

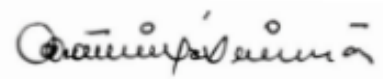
Conferimos o presente certificado a

AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA BORGES

por sua participação no **Simpósio para o Fortalecimento da Gestão Municipal no Pará | 2025 - 2028** deste Tribunal, realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2024, no Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, com carga horária de 12 horas.

Belém-PA, 26 de novembro de 2024.


Conselheira Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Diretora da Escola de Contas


Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães
Presidente do TCM PA


Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor da FÓRUM

Organização

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Parcerias

SEBRAE

TCM PA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TCE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNO DO PARÁ

Realização

ECO
ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS
Desenvolvendo a Integridade e a Transparência

TCM PA
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ



Sustentabilidade e
Novas Tecnologias:
o atual modelo de
desenvolvimento

PARTICIPANTE

Certificado

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE-PA, no uso de suas atribuições regimentais, confere o presente certificado a

AUGUSTO BORGES

por sua participação no **XI Fórum TCE-PA e Jurisdicionados** deste Tribunal, com o tema **Sustentabilidade e Novas Tecnologias: o atual modelo de desenvolvimento**, realizado nos dias 20 e 21 de junho de 2024, no Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, com carga horária de 16 horas.

Belém-PA, 21 de junho de 2024.

Carmen Lúcia Dantas do Carmo
Diretora Geral da Escola de Contas Alberto Veloso

Conselheira Rosa Egidia Crispino Calheiros Lopes
Presidente do TCE-PA

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro
Vice-Presidente e Coordenador do Fórum

Validação: 988.896.720.593



AÇÃO EDUCACIONAL

NOME: XI Fórum TCE-PA e Jurisdicionados - Sustentabilidade e Novas Tecnologias: o atual modelo de desenvolvimento

INÍCIO: 20/06/2024 - 10h30

TÉRMINO: 21/06/2024 - 11h00

CARGA HORÁRIA: 16 horas

MODALIDADE: Presencial

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, Belém, Pará

FACILITADORES: José Tavares, Mauro O'de Almeida, Bruno Dantas, Luiz Henrique Lima, Teresa Villac, Antônio Anastasia, Edilberto Pontes, Wesley Vaz, André Mendonça

EMENTA

Apresentação de estratégias e soluções de sustentabilidade e novas tecnologias. Fomento à construção de políticas e práticas de governança que considerem os fatores econômicos, humanos e ambientais para o desenvolvimento sustentável do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tema: Princípios das Atividades Jurisdicionais dos Tribunais de Contas
Conferencista: José Tavares - Juiz Presidente do Tribunal de Contas de Portugal

Tema: A Transformação Digital das Entidades Ambientais Estaduais: Comando e Controle e Transição Econômico-Ecológica
Palestrante: Mauro O'de Almeida - Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará

Tema: Os Tribunais de Contas na Implantação da AGENDA 2030
Palestrante: Bruno Dantas - Presidente do TCU

Tema: Rumo à COP-30: O Papel dos Tribunais de Contas no Controle da Gestão Ambiental
Palestrante: Luiz Henrique Lima - Conselheiro Substituto do TCE-MT

Tema: Licitações e Contratações Públicas: Conectando Responsabilidade e Eficiência
Palestrante: Teresa Villac - Advogada da União

Tema: O Papel da Administração Pública na Construção do Desenvolvimento Sustentável
Palestrante: Antônio Anastasia - Ministro do TCU

Tema: Os Tribunais de Contas e as Políticas Públicas: oportunidades e desafios
Palestrante: Edilberto Pontes - Presidente do Instituto Rui Barbosa - IRB

Tema: A Nova Governança Pública na Era da Inteligência Artificial - Os Impactos na Liderança e na Estratégia
Palestrante: Wesley Vaz - Secretário de Controle Externo de Governança, Inovação e Transformação Digital do Estado do TCU

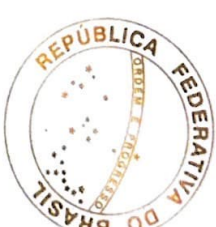
Tema: Limites e Contornos do Controle da Administração Pública
Conferencista: André Mendonça - Ministro do STF



Faculdade Unibf

Unibf
FACULDADE

CERTIFICADO



Pós-Graduação Lato Sensu

O Diretor Geral da Faculdade Unibf no uso de suas atribuições, confere o presente certificado em Nível de Especialização a

AUGUSTO CESAR DE SOUZA BORGES

pela conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em **CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS PRÁTICOS**, com **360 horas**, aprovado pelo Conselho Diretor, através da Resolução CONDI nº 002/18, de 14/05/2018 e promovido por esta Faculdade no período de 21 de setembro de 2021 a 30 de agosto de 2022.

Paraíso do Norte, 18 de outubro de 2023

Fernando Kaio Muniz Hoegen
Diretor Geral

Elisângela I. dos Santos
Secretária Acadêmica

AUGUSTO CESAR DE SOUZA BORGES
Concluinte

Aluno: AUGUSTO CESAR DE SOUZA BORGES

Curso: CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS PRÁTICOS
Área de Conhecimento (CAPES/CNPQ): Negócios, Administração e Direito

CPF: 704.331.432-15

Registro: 574 Livro: 1 Folha: 30

Data do Registro: 18/10/2023

Disciplina	Ministrante	Titulação	CH	Nota	Frequência	Situação Final
Licitações Públicas	Matheus Vianna Carvalho	Mestre	60	10	100%	Aprovado
Contratos Administrativos	Matheus Vianna Carvalho	Mestre	60	10	100%	Aprovado
Improbidade Administrativa	Matheus Vianna Carvalho	Mestre	20	10	100%	Aprovado
Oficinas De Contratos Administrativos E Procedimentos Licitatórios	Bernardo Montalvão Varjão	Mestre	60	10	100%	Aprovado
Laboratórios De Casos Concretos	Wesley Costa Silva	Mestre	60	10	100%	Aprovado
Prática Licitatória	Brenda Fernanda Oliveira	Especialista	20	10	100%	Aprovado
Estratégias Digitais	Wesley Costa Silva	Mestre	20	10	100%	Aprovado
Projeto De Conclusão	Brenda Fernanda Oliveira	Especialista	20	10	100%	Aprovado
Metodologia De Pesquisa	Bernardo Montalvão Varjão	Mestre	40	10	100%	Aprovado
Carga Horária do Curso	360					
Título do Trabalho de Conclusão: O AGENTE PÚBLICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	10					Aprovado

Recredenciada pela portaria nº 345 de 05/05/2016, publicada no D.O.U. em 06/05/2016. Credenciada para oferta em EAD pela portaria nº 1.851, publicada no D.O.U. de 29/10/2019. Este curso obedeceu a todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1 de 06 de abril de 2018. Atendendo as exigências da lei nº 9.394/1996, do CNE.

Paraíso do Norte, 18 de outubro de 2023
Faculdade UniBF - CNPJ: 07.481.324/0001-38
Rua Olavo Bilac, nº 78 - Centro - CEP 87.780-000 - Paraíso do Norte - Paraná
Telefone: (44) 3431-1212 - 99149-7882 (Secretaria de Pós-Graduação)



Certificado

A Universidade Gama Filho, de acordo com o Regimento Geral, certifica que

AUGUSTO CESAR DE SOUZA BORGES

Filiação, NORMANDO DO CARMO BORGES e RAIMUNDA DE SOUZA BORGES, natural de BELÉM - PA, concluiu o **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**, com um total de 360 horas/aula, realizado no período de 11 de fevereiro de 2008 a 14 de junho de 2009, nos termos da Resolução CES nº 01/07, de 8 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação.

Campus Gonzaga da Gama Filho, 1 de novembro de 2011.



UGF

Coordenação de Pós-Graduação
e Atividades Complementares - CEPAC

Concunite

Pro-Reitoria

UNIVERSIDADE GAMA FILHO

Central de Cursos de Extensão e Pós - Graduação "Lato Sensu" - CEPLA

Registro nº 43738 – Arq. CEPAC 001

Cv.: P-33

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 2011.



CEPLA



0 1 7 1 1 3 1 1 8

A Universidade Gama Filho é reconhecida pelo Decreto Federal Nº 70.330, de 24 de março de 1972, e goza de autonomia Universitária que a credencia a realizar Cursos de Pós-Graduação e expedir certificados. Os cursos de pós-graduação da Universidade Gama Filho estão de acordo com a resolução do Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior, Resolução CNE/CES Nº 1, de 8 de junho de 2007.



ASSINADO
ELETTRONICAMENTE

+ +
+ +
+ +
+ +
+ +
+ +
+ +
+ +
+ +
+ +
+ +
+ +

 **Matheus Carvalho**
Vianna de Carvalho Cursos e Aulas





CONTEÚDO ABORDADO NA CAPACITAÇÃO: Licitações e contratos administrativos a luz da lei 14.133/21, em comparação com a legislação anterior.

1. ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. Questões introdutórias sobre a aplicação da Nova Lei de licitações. Aspecto subjetivo. Aspecto temporal. Aspecto normativo. Lei no 14.133/2021 e os agentes públicos. Agente de contratação. Pregoeiro. Assessoria Jurídica. Responsabilidades. Principais inovações da Lei no 14.133/2021.

2. DA LICITAÇÃO. Fase de planejamento. Estudo Técnico Preliminar. Análise de mercado. Termo de Referência. Estimativa de custos. Planejamento das compras. Parcelamento. Modalidades de licitação. Critérios de julgamento. Divulgação do edital. Apresentação de propostas e lances. Julgamento. Habilitação.

3. CONTRATAÇÃO DIRETA. Dispensa e inexigibilidade. Fundamentos. Instrução Processual. Elementos necessários. Estimativa de custos. Análise jurídica. Inexigibilidade. Hipóteses e peculiaridades no regime da Nova Lei. Dispensa. Principais hipóteses. Dispensa de pequeno valor. Dispensa por licitação deserta ou fracassada. Dispensa emergencial.

4. O CONTRATO ADMINISTRATIVO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI No 14.133/2021). Convocação para a contratação. Contratação de remanescente. Cláusulas contratuais necessárias. Duração dos Contratos. Garantias contratuais. Cláusula de retomada. Alocação de riscos. Matriz de riscos. Rescisão contratual.

5. ESTUDO PASSO A PASSO: Definição do objeto de forma suficiente, clara e precisa (estudo sobre a indicação de marca, amostras, laudos, licitações de objeto divisível, padronização e expressões: "similar", "equivalente" e de "melhor qualidade"; Orçamento detalhado (objeto da pesquisa de preços, o que deve ser evitado, onde e como fazer as consultas, obrigatoriedade ou não da divulgação da estimativa de preços, aceitabilidade dos preços e preços inexequíveis); Métodos e estratégias de suprimento – logística da licitação; Cronograma físico-financeiro; Critérios de aceitação do objeto; Fiscalização e gerenciamento do contrato; Prazo de execução; Sanções; O edital do pregão: análise e estudo da habilitação a ser exigida.



CERTIFICADO

Certificamos que

AUGUSTO CESAR DE SOUZA BORGES

participou do Congresso Internacional de Direito Criminal e Direitos Humanos
realizado no período de 09 a 11 de agosto de 2004 , na cidade de Belém,
perfazendo um total de 42 horas/aula.

Belém, 11 de agosto de 2004


Reitor da UNAMA


Presidente da OAB-PA

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CRIMINAL E DIREITOS HUMANOS

Assembléia Paraense (Sede Campestre) - Belém - PA - 09 a 11 de agosto de 2004

Certificado registrado sob o nº 1989 /
67490 no arquivo da Secretaria de
Assuntos Acadêmicos da UNAMA -
Universidade da Amazônia.

PROGRAMA

Carga Horária - 42 horas/aula

Tema: Aspectos Constitucionais dos Direitos Humanos
Palestrante: Dr. Gilmar Ferreira Mendes - Ministro do Supremo Tribunal Federal

Tema: Direito Criminal e Direitos Humanos: Novas Perspectivas
Palestrante: Prof. Dr. José Francisco de Faria Costa - Catedrático da Universidade de Coimbra - Portugal e Conferencista da Universidade de Pequim - China.

Presidente de Mesa: Prof. Dr. Elder Lisboa Ferreira da Costa

Tema: El Desafío Del Multiculturalismo em La Sociedad Globalizad y Los Derechos Individuales
Palestrante: María Ester Martínez Quinteiro - Coordenadora do Doutorado em Direitos Humanos e Professora Doutora da Universidade de Salamanca - Espanha.

Presidente da Mesa: DESA. Maria de Nazareth Brabo de Souza
- Presidente do TJE -PA

Tema: Os Delitos Econômicos na Atualidade
Palestrante: Prof. Dr. Heider Lisboa Ferreira da Costa
Presidente da Mesa: Dr. Francisco Barbosa - Procurador Geral do Min. Público - PA

Tema: Crimen y Memorias
Palestrante: Prof. Dra. Josefina Bustillo
Professora Catedrática da Universidade de Salamanca - Espanha
Presidente da Mesa: Dra. Ângela Sales - Vice-Presidente da O.A.B/PA

Tema: Direitos Humanos e os Crimes de Competência da Justiça Federal
Palestrante: Dr. Faício Pontes Júnior
Procurador da República e Mestre em Direito pela PUC/RIO
Presidente da Mesa: Dra. Ana Amélia Seffer Figueiredo
- Secretária de Estado de Justiça

Tema: El Tribunal Penal Internacional ante a demolición de los Derechos Humanos
Palestrante: Prof. Dr. Joaquín Albalade - Advogado e Professor da Universidade de Salamanca - Espanha e da Universidade de Genebra - Suíça. Assessor para Assuntos Internacionais da ONU
Presidente da Mesa: Manoel Santino do Nascimento Filho
- Secretário Especial de Defesa Social

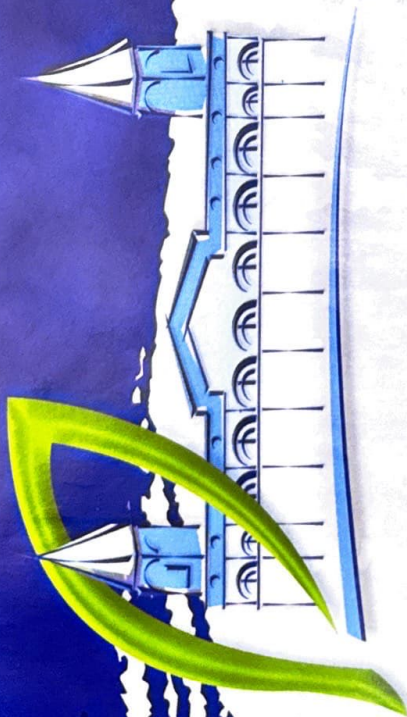
Tema: Direitos Humanos: Prisão, Reincidência e Espaços Alternativos
Palestrantes: Prof. Dr. Edmundo Oliveira - Pós-Doutor em Direito Penal pela Universidade de Paris - França, Jurista Senior pela Universidade de Miami, Flórida. Representante no Brasil da Fundação Internacional Penal e Penitenciária da ONU
Presidente da Mesa: DESA. Raimunda do Carmo Gomes Noronha
- Presidente da Associação dos Magistrados do TJE - Pará

Tema: Direitos Humanos e sua Relação Laboral com os Crimes Provenientes do Trabalho Escravo.
Palestrante: Dra. Pastora do Socorro Teixeira Leal - Professora da UFPA e da UNAMA - Juíza do Trabalho, Doutora pela PUC-SP.
Presidente da Mesa: Dr. Jorge Farias - Secretário Geral Adjunto da OAB/PA

Tema: Aspectos Humanos e os critérios da Prisão Preventiva
Palestrante: Dr. Eduardo Sanz de Oliveira e Silva
- Advogado e Mestre em Direito da Universidade de Coimbra
Presidente da Mesa: Dr. Egydio Sales Filho - Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
- Prefeitura Municipal de Belém / PA

Tema: Direitos Humanos e Exclusão Social
Palestrante: Dr. José Cláudio Monteiro de Brito Filho
- Doutor em Direito das Relações Sociais - PUC/SP
- Procurador Regional do Trabalho. Professor Titular da UNAMA.

Presidente da Mesa : Dra. Maria da Graça Azevedo
- Presidente da Associação do Ministério Público - PA
Tema: A OAB e a Defesa dos Direitos Humanos
Palestrante: Dr. Ophir Cavalcante Júnior - Presidente da OAB - Pará



VIII CONGRESSO BRASILEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE

*16 a 18 de abril - 2008 - Belém - Pará
Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia*

Atividades Econômicas e
Alterações Climáticas

- O papel do Ministério Público

Certificamos que

AUGUSTO CEZAR DE SOUZA BORGES

participou do **VIII Congresso Brasileiro do Ministério Público de
Meio Ambiente**, realizado no período de 16 a 18 de abril de 2008,
com carga horária total de 20 horas, no Hangar Centro de Convenções
e Feiras da Amazônia, na cidade de Belém, Pará.



ABRAMPA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE

J. Soares Júnior

Jarbas Soares Júnior
(MP-MG)
Presidente
da ABRAMPA

M. da Graça Azevedo

Maria da Graça Azevedo
(MP-PA)
Coordenadora local do VIII Congresso Brasileiro
do Ministério Público de Meio Ambiente

Raimundo de Jesus Coelho de

Raimundo de Jesus Coelho de
(MP-PA)
Vice-Diretor Regional
Norte da Abrampa



Certificado

Certificamos que **AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA BORGES**

Participou do **Seminário Nacional! PREGÃO, CONVÊNIOS, CONTRATOS E A
PEQUENA EMPRESA NAS LICITAÇÕES**

Ministrado por **BENJAMIN ZYMLER e JORGE ULISSES JACOBY FERNADES**

Nos dias **01 E 02 DE SETEMBRO DE 2008**

Com duração de **16 HORAS**

Belém/PA, 02 de setembro de 2008

Jacoby
Apresentador

BZ

Apresentador

Ulisses Jacoby
Diretora da TREIDE



TREIDE
TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

PREGÃO, CONVÊNIOS, CONTRATOS E A PEQUENA EMPRESA NAS LICITAÇÕES

PRIMEIRO DIA - Ministro BENJAMIN ZYMLER CONTRATOS - A JURISPRUDÊNCIA DO TCU REEQUILÍBRIO, REPACTUAÇÃO E REAJUSTE DE CONTRATOS - ESTUDO DA LEGISLAÇÃO ATUAL

- Conceitos de Reequilíbrio, Reajuste e Repactuação.
- Reequilíbrio e Fatos Imprevisíveis.
- Repactuação por Alteração de Salário em Dissídio Coletivo.
- Repactuação por Mudança no Salário Mínimo.
- Reajuste - Índice e Periodicidade.

LEI COMPLEMENTAR 123 - AS PEQUENAS E MICROEMPRESAS E AS REPERCUSSÕES NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS - NOVAS NORMAS - OS PONTOS MAIS RELEVANTES E POLÊMICOS

- O Direito de Preferência: Regra Obrigatória do Edital?
- O Direito à Regularização Posterior, Abrange a Seguridade Social?
- Como Operacionalizar o Direito de Regularização Posterior?
- A Licitação Exclusiva para Pequena e Micro Empresa, Prevista no Decreto 6204 é Compulsória?
- As Regras dos Arts. 47 e 48 da Lei complementar 123 aplicam-se às Estatais que Exploram Atividade Econômica?

SEGUNDO DIA - Professor JACOBY FERNANDES OS TRÊS TEMAS MAIS IMPORTANTES SOBRE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO IMPUGNAÇÃO DE EDITAIS DE PREGÃO

- Forma e Prazo.
- Respostas do Pregoeiro.
- Vinculação da Administração Pública e dos Licitantes.
- Limitação a Recursos Judiciais em Face da Ausência de Impugnação.

- Impugnação Intempestiva.
- Limitação a Representação ao Tribunal de Contas.

RECURSOS NO PREGÃO

- Forma e Prazo
- Recursos Intempestivos.
- Ausência de Manifestação Durante a Sessão do Pregão.
- Recurso Hierárquico no Pregão.
- Quem Responde ao Recurso?
- Há Prazo para Resposta?
- Há Recurso Hierárquico no Pregão?

INCIDENTES DURANTE A SESSÃO

- Atraso de Licitantes.
- Não Credenciamento.
- Recurso Contra o Não Credenciamento.
- Aceitação de Proposta de Licitante não Presente.
- Aceitação de Proposta de Licitante não Credenciado.
- Ofensas ao Pregoeiro e aos Licitantes.
- Registro em Ata e Protestos dos Licitantes.
- Divergências entre Pregoeiro e Equipe de Apoio.

NOÇÕES SOBRE A NORMA DE CONVÊNIOS

- Inovações da Portaria n. 127 do Ministério do Planejamento.
- Chamamento Público.
- Credenciamento.
- Cotação Prévia e Formas de Contratação pelo Conveniente.
- Novas Proibições.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ Nº. 83.268.011/0001-84
GABINETE DO PREFEITO



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTO, para os devidos fins de direito e a quem possa interessar que o Escritório **AUGUSTO BORGES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, CNPJ nº 47.042.083/0001-45, por seu Sócio Administrador **AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA BORGES**, brasileiro, paraense, casado, inscrito na OAB/PA sob o nº 13.650, CPF nº 704.331.432-15, e-mail: bogges@hotmail.com, WhatsApp e Contato nº (91) 3199-2137 e (91) 98135-2235, com endereço à Trav. Quintino Bocaiúva, nº 2301, Ed. Rogélio Fernandez Business Center, Batista Campos, CEP 66.045-315, Belém - PA, prestou Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica à **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ**, inscrita no CNPJ sob o nº 83.268.011/0001-84, com ênfase em Direito Público Municipal, Constitucional e Administrativo, pelo período **de julho/2022 a dezembro de 2024, conforme Contrato Administrativo nº 20220432, ref. Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 6/2022-012**

Declaro ainda que os serviços foram desenvolvidos com absoluta lisura e alto grau de eficiência técnica, não havendo nada que desabone a atuação do contratado durante o período contratual.

Por ser verdade, dato e assino.

Ipixuna do Pará, 10 de dezembro de 2024.

ARTEMES SILVA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ Nº 83.268.011/0001-84
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

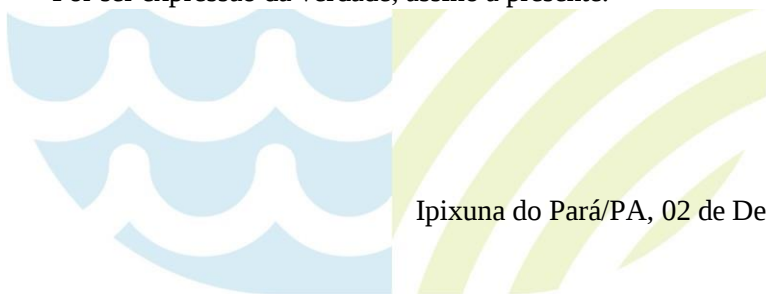


DECLARAÇÃO

Declaro, para todos os fins e a quem possa interessar, que:

O Sr. **AUGUSTO CEZAR DE SOUZA BORGES**, portador do(a) CPF 704.331.432-15, representante da pessoa jurídica **AUGUSTO BORGES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, CNPJ 47.042.083/0001-45, com sede na TRAV. QUINTINO BOCAIUVA, Nº 2301 – EDIFÍCIO ROGELIO FERNANFEZ, SALA 810, CREMAÇÃO, Belém-PA, CEP 66045-315, vem executando e cumprindo de forma satisfatória suas atividades, visando o andamento regular dos processos licitatórios, conforme contrato administrativo nº 20220432 e com objeto contratual - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ/PA.

Por ser expressão da verdade, assino a presente.



Ipixuna do Pará/PA, 02 de Dezembro de 2024

MARISTELLA MORAES
CASTELO
BRANCO:77241002253

Assinado de forma digital
por MARISTELLA MORAES
CASTELO
BRANCO:77241002253

MARISTELLA MORAES CASTELO BRANCO
PORTARIA Nº 139/2021
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS